

# Desenvolvimentistas e liberais

ANDRÉ LUIZ NASSIF\*

Desde que o ex-ministro das Comunicações Luís Carlos Mendonça de Barros passou a alertar, reiteradamente, para a necessidade de que as políticas industrial e de comércio exterior fossem rearticuladas com o objetivo de impulsionar o novo padrão de desenvolvimento econômico brasileiro, as desavenças internas entre autoridades do governo federal têm sido postas a nu, revelando cisões entre proponentes de maior intervencionismo estatal e defensores de uma postura liberalizante. O problema é que o debate recente no Brasil tem-se limitado ao campo ideológico, dando a impressão de que ambas as correntes desconhecem (ou figem desconher) a discussão contemporânea sobre os casos que poderiam justificar, mesmo num contexto de globalização econômica, a adoção de políticas ativas do Estado visando à promoção do desenvolvimento econômico.

A discussão teórica a respeito de se, quando e como o Estado deve intervir com o objetivo de acelerar o processo de desenvolvimento é tão velha quanto a ciência econômica. O argumento básico para o protecionismo tem sua origem justamente na percepção dos economistas e políticos nacionalistas do século passado de que a adesão incondicional à recomendação clássica de livre-comércio acabaria impedindo a industrialização e o desenvolvimento econômico dos países atrasados, pela simples razão de não terem sido os pioneiros nesse processo.

Por outro lado, não é verdade que os economistas liberais não aceitem outras justificativas para a intervenção governamental, seja

por meio de retrições temporárias de importações ou pela concessão de subsídios à produção, seja pelo fomento à promoção exportadora.

No entanto, a discussão teórica recente mais importante para o Brasil é a que relaciona comércio internacional e desenvolvimento econômico. Nos anos 90, economistas filiados tanto à corrente desenvolvimentista quanto à liberal publicaram diversos trabalhos teóricos enfatizando o papel dinâmico exercido pelas indústrias de alta tecnologia, que, por serem fontes de inovações e difusoras de progresso tecnológico para o conjunto da economia, acabam por assegurar e acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social a longo prazo dos países. Nesse sentido, a proteção deveria ser justificada não necessariamente para garantir benesses a setores tradicionais, como parece ser o caso da provável concessão de incentivos à Ford no Estado da Bahia, mas para incentivar indústrias que ofereçam de fato oportunidades de inovação e de transbordamento tecnológico para o sistema econômico como um todo.

Em que pese a cautela desses estudos quando a questão passa para o campo normativo, ou seja, para as recomendações sobre quando e como proteger, de forma alguma eles pregam a ausência de incentivos governamentais ou de outras formas de intervenção. O problema é que, em virtude do elevado atraso tecnológico das indústrias de alta tecnologia no Brasil, e considerado o ritmo frenético de progresso técnico desses setores nos países centrais, a aplicação *in totum* dos mecanismos clássicos de proteção da indústria nascente envolveriam riscos bastante elevados

quanto à possibilidade de retorno social futuro. O fracasso da constituição de uma indústria nacional de informática nos anos 80 resultou da tardia percepção desse problema pelas autoridades dos países, depois de mais de uma década de protecionismo.

No entanto, existem alguns segmentos de média ou média-alta tecnologia no Brasil (por exemplo, os de bens de capital, petroquímica e de telecomunicações), cujas plantas industriais poderiam ser revitalizadas mediante a modernização dos equipamentos, via novos *hardwares* e *softwares*, treinamento e reciclagem de recursos humanos, mudanças de técnicas organizacionais e, sobretudo, incentivos governamentais para financiamento de despesas em pesquisa e desenvolvimento. Portanto, os economistas governamentais que recorrentemente buscam ressuscitar práticas intervencionistas poderiam muito bem se espelhar na moderna discussão teórica que, sob condições criteriosas, mas realistas, oferece oportunidades concretas de retornar o padrão histórico de desenvolvimento brasileiro e aumentar o potencial exportador. Mesmo em contexto de globalização, o problema que se coloca não é saber se seria ainda racional a adoção de políticas industriais em prol do desenvolvimento, mas sim em que casos elas deveriam ser implementadas e se teriam chances de ser bem sucedidas. Do contrário, ficará sempre a impressão de que o que se almeja, de fato, seria um "retorno aos anos 50", de acordo com a crítica recente do ministro da Fazenda aos que postulam maior intervenção estatal para fins de política industrial.

\*Doutorando em Economia na UFRJ, professor visitante na IIECC